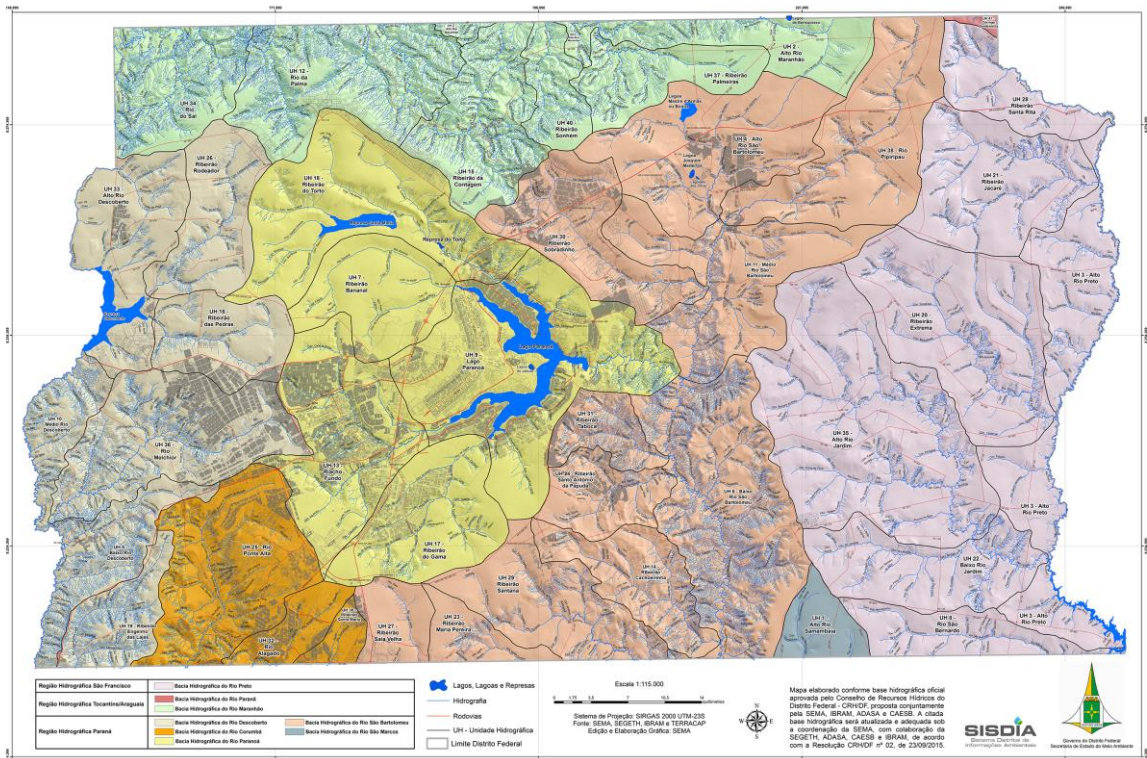


Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
 Superintendência de Recursos Hídricos

Plano Anual de Fiscalização

MAPA HIDROGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL - 2016



Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

CNPJ Nº: 007.955.0001-10

ENDEREÇO

Setor Ferroviário – Parque Ferroviário de Brasília – Estação Rodoferroviária, Sobreloja Ala Norte, CEP: 70631-900 – Brasília – DF.

EQUIPE

Superintendência de Recursos Hídricos

Rafael Macho Mello

Coordenação de Fiscalização

Daniel de Lucena Matos

Cristiane Martins de S. N Castro

João Pedro Fernandes Melo

Rodrigo Marques de Mello

Eduardo Moreira Telles

Fabício José Barrozo

Mônica Caltabiano Eichler

Apoio

Rodrigo Oliveira Werneck (estagiário)

Valquiria Rodrigues da Costa

Jaime

Vaine Sotto Mayor Pereira

Mário Bierknes Duarte Diniz (estagiário)

Felipe Ribeiro de Toledo Camargo (estagiário)

APRESENTAÇÃO

As atividades de fiscalização buscam assegurar os padrões de qualidade e quantidade necessários aos usos múltiplos dos recursos hídricos de acordo com as normas legais e regulamentares. Os aspectos fiscalizados compreendem os usos dos recursos hídricos definidos na lei que institui a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Lei nº 2.725/2001 e regulados pela Resolução ADASA nº 163/2006.

A ação de fiscalização do uso de recursos hídricos retira seu fundamento legal da lei que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal (Lei Distrital nº 2.725/2001) e da lei de criação da ADASA (Lei Distrital nº 4.285). Essa atribuição, conforme o Regimento Interno da ADASA (Resolução ADASA nº 89/2009) compete a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH que, apoiado por sua Coordenação de Fiscalização, exerce as seguintes atribuições:

1. Fiscalizar o cumprimento das normas e procedimentos técnicos de acordo com os regulamentos da ADASA, legislação vigente e superveniente;
2. Coordenar as ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação vigente sobre os usos de Recursos Hídricos;
3. Propor à abertura, suspensão e arquivamento de processos de fiscalização; e,
4. Orientar os usuários de recursos hídricos, objetivando prevenir condutas ilícitas e indesejáveis.

O planejamento anual de fiscalização é elemento do Planejamento Estratégico desenvolvido pela Agência, no componente recursos hídricos, e prevê atividades articuladas com diversos órgãos que compõem o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Este Plano Anual de Fiscalização - PAF estabelece as diretrizes, prazos e prioridades das ações fiscalizações a serem realizadas no ano de 2018.

Sumário

1.OBJETIVOS	5
2. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	5
a) DENÚNCIAS	5
b) OUTORGAS VENCIDAS POR UH	7
c) ALERTAS PARA UHS.	7
d) PRO-GESTÃO	9
3. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO ELENCADAS PARA 2018.....	11
A) EIXO FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA.....	11
1) Campanhas de regularização	11
3) Fiscalização de outorgas vencidas.....	12
4) Fiscalização de Barragens.....	12
5) Comissão de acompanhamento.....	12
6) Acompanhamento de canais.....	13
7) Pontos de captação por caminhão pipa.....	13
B) EIXO FISCALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADA.....	13
3) ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO	13

1.OBJETIVOS

Este Plano tem como objetivo planejar as ações de fiscalização de forma a preservar os Recursos Hídricos, assim como o cumprimento das normas de uso. Isso porque o planejamento de ações associado ao desenvolvimento das etapas de antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da ocorrência dos riscos, tem como resultado esperado a proteção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações. Como já explicitado no tópico apresentação, este documento se destina à programação das atividades de fiscalizações a serem realizadas nos empreendimentos que fazem uso dos recursos hídricos. As ações detalhadas neste PAF comporão o PGI da SRH para a coordenação de fiscalização e serão guia para acompanhamento de indicadores estratégicos.

2. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

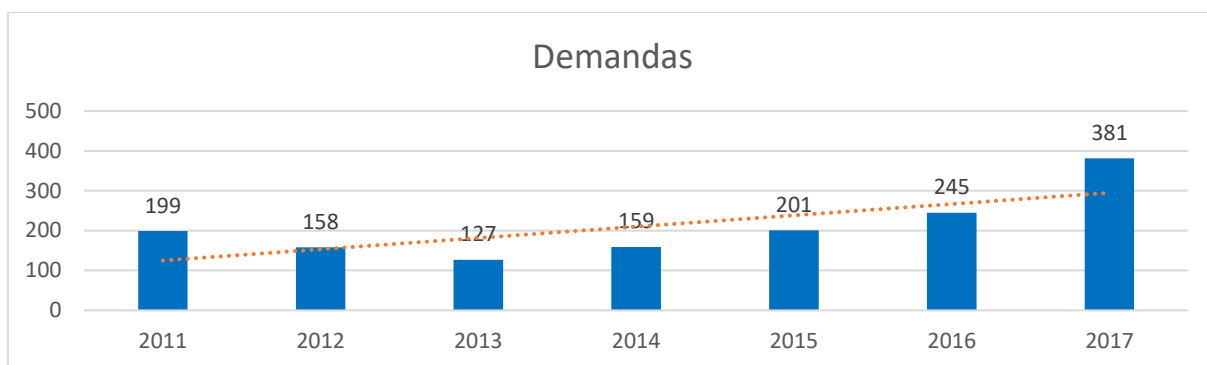
A avaliação diagnóstica é focada em levantamento de denúncias referentes a anos anteriores, alertas de UHs levantadas pela coordenação de outorga, relatórios de monitoramento, ações levantadas pelo grupo de Planejamento 2018 - Enfrentamento a Crise Hídrica – FISCALIZAÇÃO (sendo componentes: IBRAM, BOMBEIROS, SEAGRI, EMATER, DEFESA CIVIL, metas de planejamento estratégico e metas do PROGESTÃO.

a) DENÚNCIAS

A Superintendência de Recursos Hídricos recebe denúncias que demandam ações de fiscalização, essas são provenientes fontes internas e externas, e atualmente ocorrem todas via SEI. As fontes internas são compostas por demandas oriundas de outras Superintendências, Coordenações e do Serviço de Atendimento ao Usuário e Mediação – SAM. Já as fontes externas são compostas por demandas recebidas de órgãos externos (IBRAM, CAESB, TERRACAP, NOVACAP, Promotorias, Ministério Público, entre outros).

Na elaboração desse plano foram levados em consideração os dados de denúncias que demandam ações da fiscalização referentes aos anos de 2011 a 2017. No gráfico 1, é possível verificar o comportamento das demandas recebidas e na tabela 1 as demandas por Uh no ano de 2017.

Gráfico 1: Demandas recebidas nos anos de 2011 a 2017.



Fonte : ADASA

Tabela 2. Demandas por UH.

Código da UH	Nome da UH	Denúncias - 2017
1	Alto Rio Samambaia	0
2	Alto Rio Maranhão	2
3	Alto Rio Preto	1
4	Alto Rio São Bartolomeu	11
5	Baixo Rio Descoberto	6
6	Baixo Rio São Bartolomeu	2
7	Ribeirão Bananal (Córrego Bananal)	2
8	Rio São Bernardo (Córrego São Bernardo)	
9	Lago Paranoá	41
10	Médio Rio Descoberto	0
11	Médio Rio São Bartolomeu	7
12	Rio da Palma	1
13	Riacho Fundo Paranoá	64
14	Ribeirão Cachoeirinha	3
15	Ribeirão Contagem Maranhão	2
16	Ribeirão das Pedras Descoberto	8
17	Ribeirão do Gama Paranoá	3
18	Ribeirão do Torto Paranoá	9
19	Ribeirão Engenho das Lages	4
20	Ribeirão Extrema	0
21	Ribeirão Jacaré	0
22	Baixo Rio Jardim (Ribeirão Jardim)	0
23	Ribeirão Maria Pereira	0
24	Ribeirão Santo Antônio da Papuda (Ribeirão Santo Antônio da Papuda)	17
25	Rio Ponte Alta (Ribeirão Ponte Alta)	27
26	Ribeirão Rodeador	5
27	Ribeirão Saia Velha	1
28	Ribeirão Santa Rita Preto	2
29	Ribeirão Santana	2
30	Ribeirão Sobradinho	12
31	Ribeirão Taboca	4
32	Rio Alagado Corumbá	3
33	Alto Rio Descoberto (Rio Descoberto)	18
34	Rio do Sal Maranhão	0
35	Alto Rio Jardim (Rio Jardim)	0
36	Rio Melchior	23
37	Ribeirão Palmeiras (Rio Palmeiras)	3
38	Rio Pípiripau	7
39	Ribeirão Santa Maria (Rio Santa Maria)	2
40	Ribeirão Sonhém (Rio Sonhém)	1
41	Córrego Bandeirinha Paranã	0

b) OUTORGAS VENCIDAS POR UH

A partir de levantamento de banco de dados georeferenciado e banco de dados administrativos da coordenação outorga foram identificadas as outorgas vencidas, de diferentes modalidades esses dados estão sendo consistidos e as ações para regularização destes usuários seguirão os trâmites da Resolução 163 de 2006. Constitui obrigação do usuário outorgado solicitar o arquivamento ou transferência de outorga quando não faz mais uso de água ou renovação 90 dias antes do vencimento das outorgas de direito de uso.

O objetivo da ação é enviar 500 Termos de Notificação para usuários mapeados após consistência e georreferenciamento de outorgas vencidas, a ação foca em 2018 as captações superficiais e as subterrâneas. Quanto às outorgas de Drenagem de Pluvial estas serão tratadas em PAF específico da coordenação de fiscalização da Superintendência de Drenagem Urbana.

c) ALERTAS PARA UHS.

A gestão integrada requer que os diversos setores atuem em consonância, razão pela qual a coordenação levantou informações com as demais coordenações de forma a atuar com aplicação de instrumentos de fiscalização e unidades apontadas como de interesse pelas demais coordenações, conforme tabela 1.

Tabela 1. Alertas diversos.

UH NOME BACIA UH NOME BACIA	Coordenação de regulação	Alertas Outorga	Alerta Monitoramento qualidade	Alerta Monitoramento quantidade	Grupo Crise Hídrica	Ação
25 Rio Ponte Alta (Ribeirão Ponte Alta)						
32 Rio Alagado Corumbá						
39 Ribeirão Santa Maria (Rio Santa Maria)						
10 Médio Rio Descoberto						
11 Médio Rio São Bartolomeu						
16 Ribeirão das Pedras Descoberto						
19 Ribeirão Engenho das Lages						
26 Ribeirão Rodeador						foco canais e ação de barragens
33 Alto Rio Descoberto (Rio Descoberto)					capão da onça e barrocão	foco canais , campanha capão e b
36 Rio Melchior						
5 Baixo Rio Descoberto						
2 Alto Rio Maranhão						
12 Rio da Palma						
35 Alto Rio Jardim (Rio Jardim)		campanha				campanha e barragens
37 Ribeirão Palmeiras (Rio Palmeiras)						
40 Ribeirão Sonhém (Rio Sonhém)						
15 Ribeirão Contagem Maranhão	campanha solicitada pelo comitê - rua do mato					campanha rua do mato
34 Rio do Sal Maranhão						
41 Córrego Bandeirinha Paranã						
7 Ribeirão Bananal (Córrego Bananal)						
13 Riacho Fundo Paranoá						
17 Ribeirão do Gama Paranoá						
18 Ribeirão do Torto Paranoá						
9 Lago Paranoá			torto e riacho fundo -ciano		esgoto torto	
3 Alto Rio Preto						campanha e barragens
8 Rio São Bernardo (Córrego São Bernardo)						
20 Ribeirão Extrema						comissão de acompanhamento
21 Ribeirão Jacaré						
22 Baixo Rio Jardim (Ribeirão Jardim)						
28 Ribeirão Santa Rita Preto						
4 Alto Rio São Bartolomeu						
6 Baixo Rio São Bartolomeu						
14 Ribeirão Cachoeirinha						
23 Ribeirão Maria Pereira						
24 Ribeirão Santo Antônio da Papuda (Ribeirão Papuda)						
27 Ribeirão Saia Velha						
29 Ribeirão Santana						
30 Ribeirão Sobradinho						campanha
31 Ribeirão Taboca						
38 Rio Pipiripau						comissão de acompanhamento
1 Alto Rio Samambaia						
	ação prevista no paf					
	alerta outorga					
	alerta monitoramento					
	crise hídrica					
	alerta regulação					

d) PRO-GESTÃO

As ações de fiscalizações são focadas em melhorar o índice de regularização das barragens, conforme previsto no contrato PRO-GESTÃO, como partida serão utilizados os dados do mapeamento de espelhos de água desenvolvidos pela coordenação de outorgas, detalhados na tabela 2 abaixo.

Tabela 2. Mapeamento de espelhos.

UH NOME BACIA UH NOME BACIA	BACIA	Barragens
1 Alto Rio Samambaia	São Marcos	4
2 Alto Rio Maranhão	Maranhão	1
3 Alto Rio Preto	Preto	16
4 Alto Rio São Bartolomeu	São Bartolomeu	4
5 Baixo Rio Descoberto	Descoberto	11
6 Baixo Rio São Bartolomeu	São Bartolomeu	9
7 Ribeirão Bananal (Córrego Bananal)	Paranoá	1
8 Rio São Bernardo (Córrego São Bernardo)	Preto	4
9 Lago Paranoá	Paranoá	5
10 Médio Rio Descoberto	Descoberto	11
11 Médio Rio São Bartolomeu	Descoberto	6
12 Rio da Palma	Maranhão	2
13 Riacho Fundo Paranoá	Paranoá	3
14 Ribeirão Cachoeirinha	São Bartolomeu	5
15 Ribeirão Contagem Maranhão	Maranhão	3
16 Ribeirão das Pedras Descoberto	Descoberto	
17 Ribeirão do Gama Paranoá	Paranoá	3
18 Ribeirão do Torto Paranoá	Paranoá	1
19 Ribeirão Engenho das Lages	Descoberto	1
20 Ribeirão Extrema	Preto	14
21 Ribeirão Jacaré	Preto	8
22 Baixo Rio Jardim (Ribeirão Jardim)	Preto	7
23 Ribeirão Maria Pereira	São Bartolomeu	
24 Ribeirão Santo Antônio da Papuda (Ribeirão Papuda)	São Bartolomeu	1
25 Rio Ponte Alta (Ribeirão Ponte Alta)	Corumbá	3
26 Ribeirão Rodeador	Descoberto	5
27 Ribeirão Saia Velha	São Bartolomeu	
28 Ribeirão Santa Rita Preto	preto	5
29 Ribeirão Santana	São Bartolomeu	10
30 Ribeirão Sobradinho	São Bartolomeu	1
31 Ribeirão Taboca	São Bartolomeu	3
32 Rio Alagado Corumbá	Corumbá	
33 Alto Rio Descoberto (Rio Descoberto)	Descoberto	6
34 Rio do Sal Maranhão	Maranhão	1
35 Alto Rio Jardim (Rio Jardim)	Maranhão	19
36 Rio Melchior	Descoberto	10
37 Ribeirão Palmeiras (Rio Palmeiras)	Maranhão	
38 Rio Pipiripau	São Bartolomeu	4
39 Ribeirão Santa Maria (Rio Santa Maria)	Corumbá	
40 Ribeirão Sonhém (Rio Sonhém)	Maranhão	1
41 Córrego Bandeirinha Paranã	Paraná	

e) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2018/2025

O Planejamento Estratégico tem a função precípua de estabelecer o direcionamento da organização, promovendo, para isso, o alinhamento dos recursos e esforços da organização. O planejamento e sua respectiva gestão procuram garantir para a organização o desenvolvimento de uma cultura que a leve a fazer a coisa certa no momento certo e que lhe permita solucionar as duas equações sempre presentes nas decisões organizacionais: a importância e a urgência.

Com foco em ações estratégicas o Plano estratégico foi revisado e em 2018 foram desenhados dois indicadores, conforme tabelas 3 e 4 abaixo, para acompanhamento da estratégia:

Tabela 3. Indicador e metas para avaliação de ações programadas

Meta	Fórmula	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Indicador: índice de fiscalização programadas dos recursos hídricos	Número de ações realizadas no prazo/Total de ações programadas no PAF	90 %	95 %	95 %	95 %	95 %	95 %	95 %	95 %

Tabela 4. Indicador metas para avaliação de ações não programadas

Meta	Fórmula	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Indicador: índice de fiscalização não programadas dos recursos hídricos	Número de ações realizadas no prazo/Total de demandas	85%	90%	90 %	90 %	90 %	90 %	90 %	90 %

Os indicadores buscam promover iniciativas voltados a qualidade e a quantidade de recursos hídricos necessários ao abastecimento humano no DF, atividades econômicas e sociais e manutenção do equilíbrio do meio ambiente. A eficiência da ADASA em realizar suas ações de fiscalização no prazo são medidas por esses indicadores, além desses a eficácia das ações será medida por meio de indicador que avalia a regularidade alcançada após ação fiscalizatória, conforme fórmula: Indicação de correção do uso/uso regular dos recursos hídricos.

O Prazo para cumprimento das demandas externas é de 45 dias para primeira resposta à denúncia (arquivar ou continuar o rito da Resolução 163 de 2006), é possível a ampliação do

prazo em caso de crise e casos excepcionais informados em relatório. O Prazo das ações programada é definido por ação e seguem detalhadas na tabela 4.

3. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO ELENCADAS PARA 2018

Com foco em ação gerencial e considerando a equipe formada por 5 fiscais e equipe de apoio, assim considerando o diagnóstico, a equipe disponível e a missão institucional a coordenação desenvolverá as ações e apuração de denúncias detalhadas que seguem.

A) EIXO FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA

O detalhamento das ações escolhidas, a metodologia de trabalho o cronograma e as metas seguem em planilhas anexas. Essas serão guias para fiscal que desenvolverá as atividades e servirá de parâmetro para avaliação de metas e elaboração de relatório de atividades da coordenação trimestralmente.

1) Campanhas de regularização

Finalizar a campanha realizada na Rua do Mato até junho de 2018 e realizar campanha na Região da UH do Rio Jardim. As campanhas de regularização consistem em disponibilizar aos cidadãos o fácil acesso à ADASA para que eles possam regularizar os usos dos recursos hídricos.

Os trabalhos realizados pelas campanhas de regularização consistem em formar bancos de dados, recolher requerimentos de outorga que reúnem informações relevantes, necessárias e suficientes para sua perfeita análise e conhecer situação da utilização dos recursos hídricos a partir de um levantamento planejado de informações que seja capaz de promover a identificação dos usuários, as finalidades do uso da água, as vazões captadas, as formas de captação, as localizações das propriedades e das captações, os lançamentos de efluentes, dentre outras informações.

As campanhas concebidas pela ADASA possuem finalidade educativa, preventiva e de mobilização social, com vistas a promover a regularização do uso da água e a aprimorar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos no Distrito Federal. A vantagem desse procedimento é permitir à ADASA planejar-se internamente para recebimento da demanda de regularização, de modo que possa atender aos usuários de forma eficiente e ainda priorizar a

convocação de usos de maior impacto ou mais significativos. Serão elencadas as regiões: Rio do Mato na Bacia do Rio Maranhão por solicitação do Comitê dos Afluentes do Rio Maranhão.

3) Fiscalização de outorgas vencidas

Enviar 500 Termos de Notificação para usuários de água subterrânea, superficial cujas outorgas estejam vencidas, até julho de 2018. As outorgas do direito de uso de recursos hídricos possuem prazo e constitui obrigação dos outorgados protocolar o requerimento para renovação da outorga com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade, acompanhado da documentação especificada nos formulários da ADASA. A outorga vigente tem por objetivo manter o uso adequado e garantir o acesso de todos à água.

4) Fiscalização de Barragens

A ação tem por objetivo fiscalizar 40 barragens cujos espelhos foram mapeados pela coordenação de outorgas conforme tabela 3, a serem realizadas até dezembro de 2018. O critério adotado para priorização das 40 barragens foram os processos listados pela coordenação de outorgas: 197000067/2013 197001190/2015 197000484/2012 197000890/2011 197001460/2011 197001460/2011 e as que se encontram nas unidades já com alertas de outorga da tabela 2. Para esta ação foram selecionadas as UHs: Rio Jardim, Alto Rio Preto e Rio Rodeador e Ribeirão Pipiripau.

5) Comissão de acompanhamento

As fiscalizações dos usos dos recursos hídricos no âmbito das comissões de acompanhamento das unidades hidrográficas fazem parte do Projeto intitulado “Compartilhamento otimizado do uso de recursos hídricos em áreas críticas” da ADASA que visa harmonizar os usos múltiplos por meio de estudos técnicos e da articulação com os usuários locais e possibilitar a regularização dos usuários de água por meio do cadastro e da outorga. Essa modalidade será aplicada na Uhs que já passaram por procedimento anterior de Alocação: bacia do Rio Descoberto nas Uhs: 33 Alto Rio Descoberto, 26 Ribeirão Rodeador, 16 Ribeirão das Pedras, 35 Rio Jardim, 20 Ribeirão Extrema e 38 Rio Pipiripau, sendo previstas pelo menos 6 reuniões de cada comissão a serem realizadas até dezembro de 2018. A rotina é estabelecida conforme Art. 9º da Resolução nº 04 de alocação, assim a Comissão de Acompanhamento reunir-se-á no mínimo mensalmente, a partir da primeira quinzena de maio, com os usuários da bacia, para discutir a situação dos recursos hídricos, propor estratégias de otimização de uso e realocação de usos.

6) Acompanhamento de canais

Os canais são estruturas hidráulicas que demandam ações de regularização, em especial porque têm impacto relevante no balanço hídrico e devem ter suas estruturas adequadas de forma a se evitar perdas. Estão previstas 60 visitas a canais para ao ano de 2018, as visitas serão realizadas nos seis canais na Bacia do Rio Descoberto: Guariroba, Cristal, Rodeador, Jatobazinho, Índio e Olaria; e no canal do ribeirão Pipiripau não regularizado.

7) Pontos de captação por caminhão pipa

Realizar uma vistoria em cada um dos pontos de caminhão pipa para verificar o cumprimento dos Regulamentos estabelecidos na Resolução ADASA nº 13 de 08 de maio de 2014. São obrigações dos outorgados: circular com o ato de outorga expedido pela ADASA, ou cópia autenticada do mesmo e o respeito a permissão de captação de apenas um caminhão por vez. A ação visa exercer o controle sobre os pontos de captação autorizados com o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio hídrico da Unidade Hidrográfica (UH).

B) EIXO FISCALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADA

A fiscalização não programa consiste no atendimento as solicitações da ouvidoria (denúncias), internas e externas. Para essas demandas é inviável estabelecer cronograma de execução devido a sua natureza de imprevisibilidade, assim esse eixo de ação será acompanhando a partir de indicador estratégico da tabela 3.

3) ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO

O acompanhamento da execução do PAF 2018 e conseqüentemente dos indicadores estratégicos para as ações programadas será realizado a partir das ações previstas na tabela7, nelas estão desenhadas as atividades para execução como prazo para acompanhamento. Para as ações não programadas serão acompanhados os prazos de apuração de denúncias (indicador de eficácia). Tanto as ações programadas quanto às não programadas os resultados das ações realizadas serão acompanhadas a partir de indicador de efetividade detalhado acima.

Tabela4. Acompanhamento de ações programadas.

Ação	Início	Fim	Responsável
------	--------	-----	-------------

Comissão de acompanhamento- Pipiripau	Maio	Novembro	João Pedro e Rodrigo
Comissão de acompanhamento- Rio Jardim	Maio	Novembro	Eduardo e Rodrigo
Campanha no Rio Jardim	Maio	Julho	Eduardo e Rodrigo
Comissão de acompanhamento- Rio Extrema	Maio	Novembro	Rodrigo e Eduardo
Fiscalização de barragens	Abril	Outubro	Marino e Daniel
Outorgas Vencidas	Janeiro	Junho	Cristiane
Acompanhamento de Canais	Janeiro	Novembro	Daniel e Eduardo
Finalizar campanha Rua Do Mato	Março	Junho	Fabrcio e Daniel

CRISTIANE M. S N CASTRO

Coordenadora de Fiscalização

De acordo,

RAFAEL MACHADO MELLO

Superintendente de Recursos Hídricos